

Começam negociações com empresários

Jorge Ferreira e Leonardo Souza
de São Paulo e do Rio

O presidente Fernando Henrique Cardoso começou uma série de conversas que pretende ter com setores-chaves da sociedade para garantir o apoio que o governo precisará para aprovar as medidas de contenção do déficit público. No domingo à noite, esteve reunido no Palácio Alvorada com 13 representantes do empresariado nacional, juntamente com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e a primeira dama, dona Ruth, para discutir os caminhos que permitirão tirar o País da crise. Entre os interlocutores estavam os presidentes das federações das indústrias do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Para o presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva, o governo federal acredita que, com o pacote fiscal, poderá reduzir as taxas de juros para 20% ou 22% ao ano já a partir de janeiro. Segundo Piva, o setor

produtivo está bastante otimista com o ajuste fiscal pelo lado da redução de despesas, mas muito preocupado sob o aspecto do aumento

das receitas.

Ele garantiu que o presidente não adiantou quais as medidas que serão anunciadas amanhã à Nação.

O presidente da Fiesp afirmou, também, que qualquer medida que reduza a competitividade das empresas nacionais será criticada pela

entidade. "Falasse, por exemplo, na cobrança do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica com base no lucro presumido. Também não po-

demos apoiar uma reforma tributária moderna e ao mesmo tempo trabalharmos com a CPMF. Em alguns casos, a cadeia começa com 0,2% e termina com quase 4%. É preciso que o governo tenha consciência de que a capacidade de endividamento das empresas está esgotada. Temos de acabar com esse samba de uma nota só, que é o aumento das taxas de juros e da carga tributária", criticou. Os empresários, por sua vez, reivindicam

ao governo "medidas compensatórias" para atenuar os efeitos do pacote sobre a produção. Entre essas medidas estariam a flexibilização da legislação trabalhista; a adoção de um sistema de valoração aduaneira e exigência de certificados de qualidade para conter as importações; combate

às barreiras não-tarifárias impostas aos produtos brasileiros no exterior e linhas de crédito às exportações.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, a necessidade de se implementar o mais rapidamente possível as reformas foi consenso entre os presentes. "Falou-se na reforma da Previdência, na reforma Tributária já para novembro, incluindo pontos importantes como a desoneração da produção e isenção de impostos para a exportação, e na implementação da Lei Camata".

Gouvêa Vieira disse que os empresários, entre eles o presidente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes debateram pontos do interesse da sociedade como um todo, sem abordar questões como proteção à indústria, subsídios ou desvalorização do câmbio. Ele contou, no entanto, que o aumento de impostos foi discutido, mas sem maiores aprofundamentos. "Falou-se na elevação da alíquota da CPMF, com a possibilidade de abatimento no Imposto de Renda. Mas nada muito detalhado".

Segundo ele, para demonstrar como o problema do déficit nas contas públicas é sério, o presidente teria dito que para cada R\$ 3 arrecadados pela União, estados e municípios, R\$ 2 são destinadas ao pagamento do funcionalismo público e aos gastos previdenciários, sobrando apenas R\$ 1 para custeio e investimento. "Se as reformas forem implementadas, acabaria-se com o déficit e se retomaria a confiança no País. Assim, os investimentos voltariam", disse Gouvêa Vieira.

Industriais estão otimistas com a redução de despesas, mas preocupados em relação ao aumento das receitas